

HABEAS CORPUS Nº 502.495 - RS (2019/0095109-6)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : RODRIGO TORRES
ADVOGADO : RODRIGO TORRES - RS0051761
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : ANDERSON JUNIOR GONCALVES SAPATA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de **ANDERSON JUNIOR GONCALVES SAPATA**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Na origem, constata-se a condenação do paciente à pena de 7 anos e 7 meses pela prática do crime de tráfico ilícito de entorpecentes.

O TJRS deu parcial provimento ao apelo defensivo.

Neste *writ*, alega a defesa, em síntese, constrangimento ilegal diante da determinação do início da execução provisória antes do trânsito em julgado, bem como em face da inidoneidade da reprimenda estabelecida.

Requer, liminarmente, a expedição de alvará de soltura.

No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva.

É o relatório.

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Ademais, a matéria pleiteada em liminar confunde-se com o mérito. Para preservação do princípio da colegialidade, não é recomendável que seja deferida tutela de urgência que se confunde com o mérito da pretensão formulada no *habeas corpus* (HC 306.389/SP, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe de 14.10.2014; HC 306.666/SP, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, DJe de 13.01.2014; HC 303.408/RJ, Rel. Ministro Rogerio Schietti Cruz, DJe de 15.09.2014; HC 296.843/SP, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 24.06.2014).

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, bem como a senha de acesso para a consulta do processo n. 012/2.18.0000831-7, a serem prestadas preferencialmente por meio de malote digital, no prazo de 5 dias.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.
Cumpridas as diligências acima referenciadas, tornem-me conclusos.
Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator

